



CONFERÊNCIA POPULAR PELO DIREITO A CIDADE

SÃO PAULO
2022



PROPOSTA DE CARTA POLÍTICA CONFERÊNCIA POPULAR PELO DIREITO À CIDADE (para contribuições na plenária final)

O que nos une

A carta de convocação desta Conferência Popular pelo Direito à Cidade contextualizou que vivemos uma grave crise econômica, social e sanitária no Brasil. Esta crise serviu para aprofundar o abismo que existe entre as classes ricas e predominante branca e com poder concentrado na mão dos homens em relação às amplas periferias, pretas e pobres das nossas cidades, onde as mulheres sofrem os principais impactos dessas desigualdades.

Os retrocessos e o desmonte das políticas sociais e urbanas fazem parte de um modelo excludente de cidades nos fazem refletir sobre nossa jornada. O racismo, o patriarcado e o capitalismo, são os principais fatores determinantes da barbárie social existente nas cidades, que gera desigualdades econômicas, sociais, raciais e de gênero. A propriedade da terra e cidade seguem sem cumprir a sua função social, mesmo com a Constituição e Estatuto da Cidade apontando o contrário.

É fundamental transformar as cidades. As cidades precisam ser para todas, todos e todes. Precisamos de cidades que não sirvam somente aos interesses privados. As cidades precisam cumprir sua função social e isto passa por romper a lógica de mercantilização das cidades.

Diante dessa conjuntura, se tornou urgente a unidade de todas e todos aquelas e aqueles que coletivizam as formas de vida nas cidades. Ficou evidente nesse processo a capacidade de realização dos movimentos sociais e organizações populares durante esse processo, cada qual com a sua especificidade, mas com uma agenda coletiva capaz de transformar os territórios e inspirar novos processos de articulação e de reconstrução de um projeto de país.

O que a Conferência Representa

Foram meses de debates, eventos preparatórios, construção coletiva, relatos de experiências e acúmulos populares em todo o Brasil até chegarmos na Conferência Popular pelo Direito à Cidade. Nesta longa jornada, estabelecemos um profundo diálogo, buscando tocar as raízes do Brasil e recolocar o debate do direito à cidade e da democratização do espaço urbano no centro da ação política da sociedade brasileira.





CONFERÊNCIA POPULAR PELO DIREITO A CIDADE

SÃO PAULO
2022



Foram mais de 600 entidades que aderiram à carta, realizamos 232 eventos preparatórios, que resultaram em centenas de propostas distribuídas em 16 eixos temáticos. Reunimos aqui mais de 600 representantes dessa construção, que vieram de diversas partes do país e tiveram o papel de consolidar essas contribuições em uma plataforma de luta pelo direito à cidade.

Fortalecemos com isso, a ideia de que uma nova concepção de cidade vem sendo construída todos os dias a partir das experiências das ocupações urbanas, hortas comunitárias, feiras populares, grupos e movimentos de base, saraus periféricos, quilombos e tantas outras formas de construção do poder popular. Reconhecemos assim, a importância da trajetória histórica das organizações que impulsionaram a luta pelo direito à cidade e promovendo o diálogo com novas experiências e formas de organização.

As nossas tarefas a partir de agora

A Conferência é um marco, não é o ponto de chegada, é um ponto de partida para seguir debatendo e construindo conjuntamente. As propostas apontadas servem para subsidiar plataformas progressistas e nossa articulação e acúmulo também tem o papel de fortalecer a resistência e a mobilização em defesa de espaços permanentes de participação e controle social, na construção e definição das agendas para nossas cidades. Uma outra agenda é fundamental, elaborada em outra visão de sociedade, de inclusão e pertencimento, com protagonismo e respeito as mulheres, dos pretos, a população LGBTQIA+, ao povo da periferia e favelas do Brasil.

Movimentos e experiências se somam nesta construção, colorem e rejuvenescem nossa jornada. Até agora essa construção reafirmou que a soma de nossas experiências e saberes nos enriquecem, nos fazem trilhar juntos onde há unidade, reafirmando nossas identidades e acúmulos.

Agora o desafio é ir mais além, buscar uma democracia ainda mais radical, ainda mais profunda e que possa romper com a lógica com que as cidades no Brasil se construíram até hoje. Precisamos que as resoluções dessa Conferência retornem às nossas bases, para que sejam apropriadas e defendidas, e também sejam incorporadas nas agendas de candidaturas que estejam comprometidas com a luta urbana. Para além disso, temos a consciência de que a vitória de um projeto democrático de cidade se dará a partir da construção nos territórios e na nossa capacidade de levar essas pautas às ruas.

A jornada é longa, mas nossa unidade é a chave da esperança e da mudança! Viva a unidade das lutadoras e lutadores urbanos! Viva a Conferência Popular pelo Direito a Cidade!

